



MAPEAMENTO DE PESQUISAS DA PÓS-GRADUAÇÃO DA UENF SOBRE 'EDUCAÇÃO INCLUSIVA' (2005-2020)

Ednilson Gomes de Souza Junior¹
Paula Azevedo Manhães²
Inga Gonçalves de Azevedo³
Argeu Luiz Augusto Russo⁴
Arnoldo Rocha Façanha⁵

RESUMO

O projeto de extensão ‘Semeando ConsCiência’, vinculado ao Centro de Biociências e Biotecnologia da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), atua na promoção de ações de divulgação científica com foco na educação inclusiva. Além das atividades educativas de extensão desenvolvidas nas escolas da região, o projeto iniciou uma investigação para melhor compreender o que a própria universidade produz sobre o tema. O presente trabalho apresenta resultados preliminares do mapeamento das pesquisas sobre educação inclusiva realizadas nos Programas de Pós-Graduação (PPG) da UENF. Para tal mapeamento, o banco de dados utilizado foi o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A pesquisa utilizou 14 termos sobre a temática, como ‘educação inclusiva’, ‘acessibilidade’ e ‘inclusão’. A busca resultou em 210 trabalhos, no período de 2005 a 2020, dos quais 37 correspondem aos critérios de análise estabelecidos. Os resultados apontam que 34 são pesquisas de mestrado e três de doutorado, sendo desenvolvidas em cinco diferentes PPG: Cognição e Linguagem (20), Políticas Sociais (8), Ciências Naturais (4), Matemática em Rede Nacional (4) e Sociologia Política (1). As pesquisas foram categorizadas nos seguintes grupos temáticos: Formação Docente, Inclusão Social, Inclusão Escolar, Práticas Inclusivas e Políticas Públicas. A análise dos trabalhos sugere uma predominância de pesquisas ligadas à área das Ciências Humanas, cujos principais temas abordados são: análises de políticas públicas, propostas de metodologias e experimentos adaptados para diferentes tipos de deficiências e abordando distintos níveis de ensino, sendo a maioria desenvolvidas em escolas localizadas em Campos dos Goytacazes/RJ. Com a análise dos principais trabalhos mapeados, espera-se melhorar as práticas e ações desenvolvidas pelo projeto, contribuindo para a disseminação de informações de cunho científico e aplicação dos saberes adquiridos. Espera-se que a identificação de áreas menos estudadas possa orientar o desenvolvimento de novas pesquisas e ações na universidade, e que o mesmo modelo de pesquisa possa ser expandido para abranger as principais Instituições de Ensino e Pesquisa em nível global.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Inclusão; Estado da Arte; Pós-Graduação; UENF.

¹ Doutor em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, ednilson.junior@yahoo.com.br;

² Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense - UFF, paulamanhaes@id.uff.br;

³ Doutora em Biociência e Biotecnologia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, ingagoncalves@yahoo.com.br;

⁴ Doutorando em Biociência e Biotecnologia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, russoargeu@gmail.com;

⁵ Professor orientador, Doutor em Química Biológica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, arnoldo@uenf.br.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério da Educação (MEC, 2008, p. 5), a inclusão é uma “ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação”, fundamentada na “concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola”.

Seguindo tal ditame, o Projeto de Extensão “Semeando Consciência”⁶, vinculado ao Centro de Biociências e Biotecnologia da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), atua na promoção de ações de divulgação científica com foco na educação inclusiva, por meio de atividades educativas de extensão desenvolvidas nas escolas da região, e também realizando pesquisas visando prospectar e desenvolver novas atividades inclusivas no seio da própria universidade.

Buscando aprimorar sua prática, o projeto iniciou uma investigação para melhor compreender o que a própria universidade produz sobre tal temática. O presente artigo apresenta resultados preliminares desta pesquisa, objetivando demonstrar o potencial do mapeamento da produção de Programas de Pós-Graduação (PPG) que versam sobre a temática da educação inclusiva, usando como modelo-piloto os PPG da UENF.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, incumbiu o Estado da responsabilidade de garantir o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Apesar disso, historicamente, o atendimento educacional ofertado a pessoas com deficiência (PCD) foi desenvolvido de maneira separada da educação oferecida às pessoas sem deficiências aparentes, resultando na constituição de um campo específico de atuação, sem interlocução com a educação comum e em locais distintos dos outros alunos (GLAT; FERNANDES, 2005; KASSAR, 2011).

Em 1994, foi realizada a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em Salamanca, Espanha. Organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a conferência resultou na publicação da “Declaração de Salamanca”, um documento norteador sobre ações e encaminhamentos para a prática da educação inclusiva. Dentre suas diretrizes, a declaração aponta que alunos com

⁶ Para mais informações sobre as ações do projeto, acesse <https://www.instagram.com/semeandoconsciencia.uenf/>

deficiência devem ter acesso às escolas regulares, afirmando ainda que são as escolas que devem se adequar às necessidades dos alunos. Além disso, ressalta que as escolas “constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos” (UNESCO, 1994, p. 1).

Reflexos deste documento podem ser encontrados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que assegura, em seu 4º, que cabe ao Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”. A LDB também apresenta um capítulo inteiramente dedicado à educação inclusiva, onde, em seu artigo 59, dispõe que

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Nas décadas seguintes, diversas leis e resoluções sobre educação inclusiva foram promulgadas, incluindo a Resolução nº 2 de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, e a Lei nº 13.146 de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (MEC, 2022).

Apesar do disposto na legislação, ainda existem inúmeras barreiras para a efetiva inclusão da pessoa com deficiência na educação brasileira, incluindo aquelas impostas pelo próprio sistema educacional, que continua “excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola” (MEC, 2008, p. 6). Neste sentido, pesquisas sobre o tema da educação inclusiva são de grande relevância para refletir sobre os avanços e limitações das políticas públicas e a atuação das escolas e universidades.

METODOLOGIA

A pesquisa apresentada neste artigo possui caráter quali-quantitativo, pois busca não só mapear numericamente a produção, mas também analisar o conteúdo das pesquisas e identificar quais áreas foram e estão sendo pesquisadas. O banco de dados utilizado para a realização desta pesquisa foi o Catálogo de Tese e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2022).

Inicialmente, não foi definido um período temporal para a pesquisa, já que o objetivo é mapear toda a produção. Assim, a busca foi feita utilizando diversas palavras-chave que se relacionam com o assunto, como pode ser observado na Tabela 1, na ordem em que foram pesquisadas. A coluna “trabalhos duplicados” lista os trabalhos que foram excluídos, pois apareceram em buscas anteriores, enquanto a coluna “trabalhos não analisados” registra os trabalhos que apareceram na busca, pois existe alguma menção ao termo pesquisado, mas não sendo o tema central do trabalho. Além disso, já que a pesquisa possui um recorte específico sobre a UENF, os dados foram refinados conforme a instituição, onde foi selecionada a opção ‘Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro’.

Tabela 1 - Palavras-chave utilizadas na pesquisa

Palavras-chave	Resultado da busca	Trabalhos duplicados	Trabalhos não analisados	Trabalhos selecionados
Educação especial	10	0	0	10
Pessoa com deficiência	8	3	0	5
Educação Inclusiva	25	10	7	8
Acessibilidade	14	1	10	3
Inclusão	127	20	98	9
LIBRAS	6	5	0	1
BRAILLE	1	1	0	0
Autismo + Transtorno do espectro autista	6	5	0	1
Deficiência física	0	0	0	0
Deficiência mental	0	0	0	0
Deficiência visual	10	9	1	0
Deficiência auditiva	2	2	0	0
Deficiência Intelectual	1	1	0	0
Total	210	57	116	37

Fonte: Elaborado pelos autores

Após a seleção, os trabalhos foram analisados com base no título, resumo e palavras-chave e, em seguida, foram categorizados conforme a área temática da pesquisa, detalhamento este que será apresentado e discutido em seguida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 37 trabalhos prospectados na análise, 34 são pesquisas de mestrado e apenas três de doutorado, desenvolvidos em cinco PPG diferentes: Ciências Naturais, Cognição e Linguagem, Matemática em Rede Nacional, Políticas Sociais e Sociologia Política. Cabe destacar que 78% dos trabalhos foram desenvolvidos junto a programas ligados às Ciências Humanas.

A primeira dissertação sobre o tema foi defendida em 2005, junto ao PPG em Cognição e Linguagem, vinculado ao Centro de Ciências do Homem (CCH) da UENF, sendo este o programa que possui o maior número de trabalhos, com 20 no total. O PPG é interdisciplinar e possui duas linhas de pesquisa: Linha 1 (PICENTI) - “Pesquisas Interdisciplinares em Comunicação, Educação e Novas Tecnologias da Informação” e A Linha 2 - (PICHAFF) – “Pesquisas interdisciplinares em Ciências Humanas, Artes e Filosofia”, que embora possuam afinidade com a questão educacional, não mencionam a educação inclusiva em suas descrições. Além disso, cabe destacar que o programa oferece a disciplina “PCL 4829 - Inclusão e Diversidade: diálogos interdisciplinares” (PPGPL, 2022).

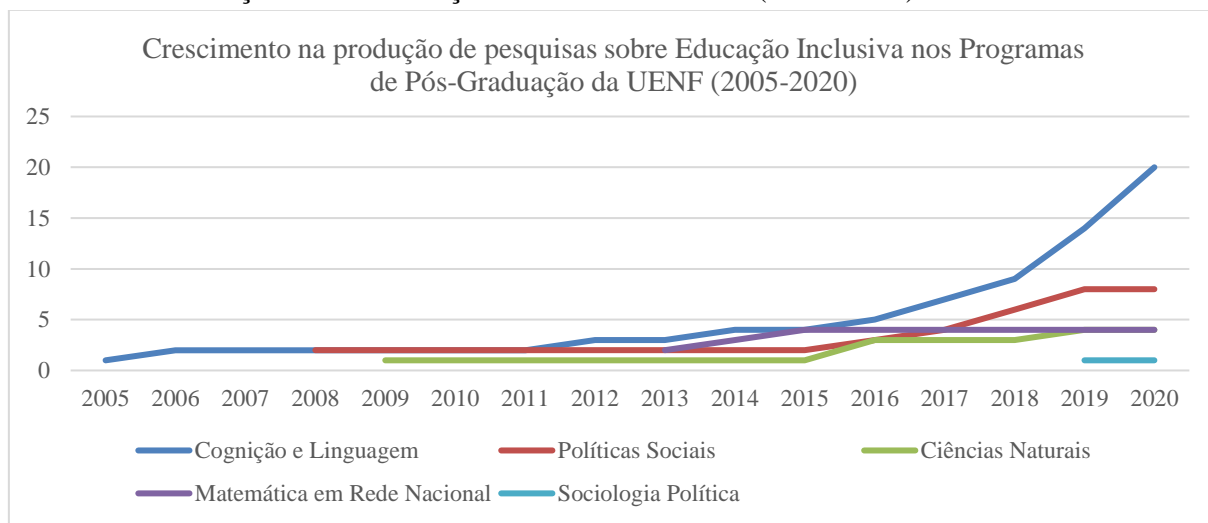
Em segundo lugar, está o PPG em Políticas Sociais, com 8 trabalhos. Programa também interdisciplinar, vinculado ao CCH, que possui uma linha de pesquisa intitulada “1 - Educação, Cultura, Política e Cidadania”, que trata de “questões relativas as formas emergentes de cidadania, inclusão e participação social (...)”, discute as “políticas educacionais e culturais no contexto do Estado democrático, o problema da desigualdade e seu papel na construção do espaço publico (...)” e focaliza no “estudo de questões e temáticas do campo da educação relativas ao agendamento da política educacional, a história da educação e aos direitos sociais” (PPGPS, 2022). O PPG, embora tenha diversas disciplinas sobre educação, não possui uma específica sobre educação inclusiva.

Com quatro trabalhos cada, estão os programas de Ciências Naturais e Matemática em Rede Nacional. O PPG em Ciências Naturais, interdisciplinar e vinculado ao Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), possui uma linha de pesquisa em Ensino de Ciências e, na disciplina “Elementos de Pesquisa em Educação e Ensino de Ciências”, propõe um debate sobre os “desafios para a pesquisa e ensino inclusivo de ciências”, abarcando os seguintes conteúdos: educação inclusiva, aspectos teóricos e práticos da educação inclusiva, formação inicial e continuada de professores de ciências para a educação inclusiva e técnicas de inclusão para o ensino de ciências (PPGRN, 2022). O PPG em Matemática em Rede Nacional

(PROFMAT), também vinculado ao CCT, não possui linhas de pesquisa e disciplinas sobre educação inclusiva (PROFMAT, 2022).

Por fim, o PPG em Sociologia Política, também interdisciplinar e vinculado ao CCH, possui apenas uma dissertação e não possui linhas de pesquisa ou disciplinas especificamente dedicadas à educação inclusiva (PPGSP, 2022). O gráfico 1 apresenta o histórico de defesa dos trabalhos junto aos respectivos programas.

Gráfico 1 – Produção sobre Educação Inclusiva na UENF (2005-2020)



Fonte: Elaborado pelos autores

Na sequência, os trabalhos⁷ foram categorizados em cinco áreas temáticas, como pode ser observado no Quadro 1. Cabe ressaltar que estas categorias não foram pré-estabelecidas, sendo formadas após a leitura das dissertações e teses e identificação de afinidades temáticas.

Quadro 1 - Categorias de análise

Tema	Trabalhos
Formação Docente	Lopes (2008), Guimarães (2014), Barcelos (2016), Figueiredo (2019), Ribeiro (2019), Silva (2019), Souza (2019) e Andrade (2020)
Inclusão Social	Orrico (2005), Silva (2008) e Souza (2020)
Inclusão Escolar	Couto (2006), Lírio (2016), Castro (2019) e Carmo (2020)
Práticas Inclusivas	Bernardes (2009), Moreira (2012), Abreu (2013), Barreto (2013), Abreu (2014), Valle (2015), Silva (2016), Azevedo (2016), Araújo (2017), Saraiva (2017), Dantas (2018), Silva, Manhães (2019), Silva (2019) e Dias (2020)
Políticas Públicas	Ribeiro (2017), Cardoso (2018), Castro (2018), Vieira (2018), Felício (2019), Soares (2019), Amaral (2020) e Silva (2020)

Fonte: Elaborado pelos autores

⁷ A lista completa de trabalhos analisados está disponível em <https://drive.google.com/file/d/1sNpt4tprAIUGPnPCXsgS63zfLEt0d0Ls/view?usp=sharing>

A seguir, será apresentado um breve panorama de cada categoria. Porém, é importante ressaltar que muitos trabalhos abordam uma amplitude de temas que poderiam se enquadrar em mais de uma categoria. A guisa de objetividade, o tema com maior destaque foi selecionado para a categorização.

- Formação Docente

Lopes (2008) analisou a Política de Educação Inclusiva trabalhada nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas da rede municipal de ensino em Campos dos Goytacazes, no que diz respeito à formação dos professores que atuam nestas escolas, com foco nas estratégias escolares próprias dessa política. Guimarães (2014) investigou o curso de pedagogia do próprio campus da UENF e o que estava sendo ensinado sobre o tema, verificando estar em consonância com a legislação, mas vários questionamentos puderam ser levantados a partir dessa análise. Já a pesquisa de Barcelos (2016) notou a presença de dúvidas sobre a formação docente em educação especial, sua regulação, o campo de trabalho e a sua função, além de evidenciar a insatisfação de pedagogos que atuam na educação inclusiva em Campos dos Goytacazes com a formação recebida pelo município, apontando a necessidade de melhores condições para se concretizar uma proposta inclusiva.

Andrade (2020) apontou como a formação docente influencia no processo de inclusão escolar e de como estes se sentem inseguros em lidar com os alunos com deficiência por julgarem não ter conhecimento suficiente para desempenhar esta tarefa e de como a realidade vem mudando, visto que na escola em que realizou seu estudo uma parte dos professores possuem o mestrado voltado para inclusão escolar e como isso é importante para sua atuação. Ribeiro (2019) acrescenta que, além do problema da formação docente não contemplativa no trabalho com alunos PCDs, a sobrecarga e a desvalorização dos profissionais são outras questões que não permitem que se aprofundem no assunto, além da grande quantidade de alunos por sala de aula, que torna ainda mais complicada a inclusão escolar.

Silva (2019), que pesquisa alunos superdotados, aponta a necessidade da criação de políticas públicas municipais para promoção de educação continuada para os professores, visto que estes são os profissionais que estão lidando diretamente com os alunos e, portanto, conseguem identificar características específicas neles. Traz também a importância de parcerias com as universidades que podem oferecer um suporte a essa identificação.

Souza (2019) enfatizou a necessidade de um trabalho interdisciplinar para melhor integração de escola e família, para que o aluno com deficiência se torne cada vez mais independente, além de um trabalho de cooperação entre teoria e prática. Por fim, Figueiredo

(2019, p. 9), que investigou o ingresso e a atuação de pessoas com deficiência na profissão docente no município de Campos dos Goytacazes, conclui que a “profissão docente pode e deve ser exercida por pessoas com deficiência, pois além dos conhecimentos específicos a serem ensinados, esses profissionais têm a possibilidade única de ensinar questões fundamentais para a vida em sociedade”.

- Inclusão Social

Os trabalhos identificados nesta categoria apresentam relatos em comum, denunciando a discriminação e a segregação no campo de trabalho, onde a existência de uma deficiência indica uma conotação equivocada de incapacidade. Orrico (2005) analisou a questão da inclusão sob a ótica dos discursos e práticas institucionais, por meio da Lei Orgânica do Município de Duque de Caxias. Já Silva (2008), partindo dos preceitos da educação profissional inclusiva, investigou o acesso de PCDs no mundo do trabalho, após obterem qualificação junto ao antigo CEFET Campos (atual Instituto Federal Fluminense – IFF).

Souza (2020) acompanhou os desafios enfrentados por famílias de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) durante o processo de reinserção social, ou seja, a retomada da convivência em espaços sociais e instituições, buscando reconstruir a vida cotidiana nos aspectos ‘casa, trabalho e rede social’. Segundo relato da autora, pais de ou responsáveis por crianças com TEA enfrentam estresse psicológico, com acessos de medo, tristeza e frustração, em resposta ao diagnóstico. Além disso, aponta a falta de preparo da sociedade para entender e saber conviver com o TEA, que se reflete na ausência de políticas públicas efetivas no âmbito de diagnóstico, tratamento e amparo de portadores e familiares.

- Inclusão Escolar

Os trabalhos trazem visões bastante diversas entre os temas, desde inclusão de alunos com TEA na sala de aula, alunos surdos e com ‘Altas Habilidades ou Superdotação’. Mas, em comum, trazem principalmente a evidência de uma formação docente ainda não suficientemente atualizada e instrumentalizada a prover aos profissionais ferramentas para lidarem com os alunos que precisam de atenção e metodologias diferenciadas de ensino.

Couto (2006), que trabalhou a inclusão do aluno surdo, destaca a importância desse aluno se perceber aceito no ambiente escolar, de um acolhimento por parte de todos com os quais convive nesse ambiente, como fator chave para a permanência ou evasão escolar. Já Castro (2019) evidencia a importância da interação entre as partes – gestores, docentes e família - para o combate efetivo da evasão escolar, pela fixação dos portadores de deficiência.

Lírio (2016) acompanhou o processo de inclusão de alunos com deficiência visual na Educação Infantil, concluindo que os profissionais envolvidos na inclusão dessas crianças, embora busquem superar as dificuldades do processo inclusivo, reconhecem que as práticas pedagógicas precisam ser orientadas por pessoal mais especializado. Por fim, Carmo (2020) acompanhou o processo de implementação e estruturação do “Núcleo de Aprendizagem Estruturante (NAE)”, através do estudo de caso com 13 crianças diagnosticadas com TEA, com duração de dois anos, em um colégio regular da rede particular do município de Itaperuna-RJ, concluindo que houve avanços no desenvolvimento das habilidades cognitivas, sensoriais e de relacionamento.

- Práticas Inclusivas

A deficiência auditiva foi o tema de cinco pesquisas. Moreira (2014) utilizou questionários para avaliação da comunicação em redes sociais com quatro alunos com deficiência auditiva do ensino médio de uma escola estadual de Campos dos Goytacazes. Os alunos que preferiam se comunicar por chat ou MSN computaram 75%, com a justificativa de que utilizavam o meio escrito pela pouca aceitação da LIBRAS na sociedade brasileira. A autora também destaca que a escola nem sempre possui intérpretes ou professores que saibam LIBRAS para uma melhor comunicação com seus alunos, sendo deficitária a comunicação, e, conseqüentemente, a inclusão desses alunos no ambiente escolar. A criação e uso da tecnologia assistiva para incluir alunos no processo ensino aprendizagem foi o tema explorado por Manhães (2019), que utilizou recursos com alunos com deficiência auditiva e visual e demonstrou a importância do professor mediador na utilização das tecnologias e a necessidade de criação de mais salas virtuais que auxiliam o aluno e o planejamento e execução do trabalho do professor.

Silva (2016) fez a observação da falta de termos específicos da área de ciências naturais na LIBRAS, dificultando o processo de ensino-aprendizagem. O autor ainda relata o interesse dos alunos PCDs em realizar graduação em diferentes áreas e que, em sua maioria, não apresentavam termos específicos em LIBRAS. Já Silva (2019) desenvolveu um projeto interinstitucional com o objetivo final de produção de um dicionário terminológico bilíngüe Português/Libras na área de Embriologia. Na mesma perspectiva de variação linguística da LIBRAS, Dantas (2018) observou a presença de variações regionais nas sinalizações dos falantes de duas cidades: Macaé e Rio de Janeiro.

Abreu (2013), Abreu (2014), Barreto (2013) elencaram diversos materiais manuseáveis e tecnologias utilizados no ensino de matemática com alunos com deficiência visual. Os

alunos cegos, com auxílio de materiais táteis e tecnologia, embora em tempos diferentes, apresentaram o mesmo desenvolvimento qualitativo dos alunos videntes. Valle (2015) desenvolveu uma proposta de utilização de técnicas de trigonometria para calcular a construção de rampas de acesso, de forma a promover uma reflexão sobre o incentivo da inclusão social dos cadeirantes na escola.

Bernardes (2009) desenvolveu um trabalho em três escolas públicas sobre o ensino de astronomia para alunos com deficiência visual, por meio da produção de áudio e material tátil, que envolveu a participação de mais de cem alunos. Na área da Física, Azevedo (2016) promoveu uma ação participativa para o desenvolvimento de maquetes tátil-visuais para apresentação aos alunos com e sem deficiência visual, em parceria com alunos do Ensino Médio do Curso Normal (formação de professores), de forma que estes, enquanto futuros professores, possam refletir sobre a importância de usar materiais adequados para a inclusão dos alunos com deficiência visual. Já sobre o ensino de Histologia, Araújo (2017) desenvolveu um material tátil para alunos com deficiência visual, utilizando a impressora térmica para a produção de imagens em alto relevo.

Saraiva (2017) investigou o desenvolvimento da coordenação motora fina de 10 crianças dentro do espectro autista, por meio da utilização do aplicativo para tablets “Desenhe e Aprenda a Escrever”, concluindo que se trata de uma boa ferramenta, devido aos resultados positivos observados. Na mesma temática, Dias (2020) analisou aplicativos sobre autismo disponíveis na plataforma Google Play Store, realizando uma análise mais criteriosa de dois: ‘ABC Autismo’ e ‘Jade Autismo’.

- Políticas Públicas

Os trabalhos analisados nesta categoria apontam a necessidade de investimento nos campos legais e estruturais. Castro (2018) analisou a Política de Cotas para pessoas com deficiência na UENF e seus efeitos, no período de 2003 a 2016, problematizando as estratégias adotadas pela universidade para proporcionar a garantia da permanência desses discentes na instituição, já que apenas a garantia legal de vagas não garante a conclusão do curso de graduação. Silva (2020) analisou a mesma política, mas no IFF.

Vieira (2018) analisou a estrutura do Atendimento Educacional Especializado (AEE) disponibilizado pelo MEC para apoiar o processo de ensino/aprendizagem, verificando a eficácia da lei e contextualizando os aspectos constitucionais do direito ao acesso da pessoa com deficiência, além de descrever as tensões jurídicas no processo de inclusão e o posicionamento do poder judiciário sobre o assunto. Felício (2019) questionou o

encaminhamento, por parte dos professores/escolas, de alunos com dificuldades de aprendizagem para a Unidade de Saúde Mental, afirmando que tal prática consiste em desdobramentos da medicalização da vida cotidiana. Ribeiro (2017) buscou compreender a efetiva aplicabilidade que o laudo médico possui para o direcionamento das ações e práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino regular e no AEE.

Soares (2019), com base na história de vida de pessoas com deficiência visual que obtiveram uma escolarização exitosa, com término do ensino superior ou outros cursos a partir da formação inicial, analisou como as políticas públicas e sociais os auxiliaram durante o percurso escolar. A autora verificou, dentre outras coisas, que as políticas que não geram ou geram poucas despesas são incentivadas e colocadas em prática pelos gestores públicos, enquanto as que necessitam de investimento mais significativo e dispendioso, não são executadas de maneira satisfatória. Por fim, Cardoso (2018) analisou a cultura escolar e as políticas educacionais que influenciaram a trajetória do Educandário para Cegos São José Operário, em Campos dos Goytacazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos trabalhos sugere uma predominância de pesquisas ligadas à área das Ciências Humanas, cujos principais temas abordados são: análises de políticas públicas, propostas de metodologias e experimentos adaptados para diferentes tipos de deficiências e abordando distintos níveis de ensino, sendo a maioria desenvolvidas em escolas localizadas em Campos dos Goytacazes/RJ.

Os temas identificados nesse levantamento mostram a amplitude e a importância dos estudos e abordagens nesta área de pesquisa, já que os estudos ainda apontam a falta da capacidade da sociedade de abraçar e difundir a inclusão em suas várias faces, mostrando ser ainda um grande desafio a ser enfrentado. Os principais problemas observados foram a falta de recursos técnicos, profissionais e pedagógicos a serem implementados no ambiente escolar, além da baixos investimentos na execução das políticas públicas do setor.

Neste contexto, a universidade desempenha um papel fundamental, pois além de embasar a sociedade com uma doura reflexão para a quebra de preconceitos, pode prover subsídios científicos para a formulação de políticas públicas. Espera-se que o presente trabalho possa servir de modelo para replicação e ampliação do potencial deste tipo de abordagem prospectiva, contribuindo para a disseminação de informações de cunho científico e maior aplicação de saberes desenvolvidos. Por fim, espera-se que a identificação de áreas menos estudadas possa orientar o desenvolvimento de novas pesquisas e ações na



universidade, de forma a possibilitar uma nova visão do papel da diversidade no mundo, como parte da natureza humana, um fenômeno natural, componente importante da complexidade biológica e, por conseguinte, de nossa Evolução como espécie e da própria civilização.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro pelo financiamento desta pesquisa, por meio da concessão de bolsas ao Projeto de Extensão 'Semeando ConsCiência'.

REFERÊNCIAS

CAPEL. **Catálogo de Tese e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2022. Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em 25 nov. 2022

GLAT, R.; FERNANDES, E. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. **Inclusão - Revista de Educação Especial**, Brasília, n. 1, p. 35-39, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf> Acesso em 21 ago. 2022

KASSAR, M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, 2011

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacaoespecial.pdf> Acesso em 21 ago. 2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Legislação de Educação Especial**. 2022. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13020-legislacao-de-educacao-especial> Acesso em 24 ago. 2022

PROFMAT. **Apresentação**. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2022. Disponível em <https://uenf.br/posgraduacao/matematica/apresentacao/> Acesso em 22 nov. 2022

PPGPL. **Apresentação e Linhas de Pesquisa**. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2022. Disponível em <http://pgcl.uenf.br/o-programa> Acesso em 22 nov. 2022

PPGPS. **Área de Concentração e Linhas de Pesquisa**. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2022. Disponível em <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/area-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa/> Acesso em 22 nov. 2022

PPGRN. **Disciplinas e Programas Analíticos**. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2022. Disponível em <https://uenf.br/posgraduacao/ciencias-naturais/disciplinas-e-programas-analiticos/> Acesso em 22 nov. 2022

PPGSP. **Linhas de pesquisa**. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2022. Disponível em <https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/apresentacao/linhas-de-pesquisa/> Acesso em 22 nov. 2022

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em 22 ago. 2022